

## INDICADORES DE BEM-ESTAR HUMANO PARA POVOS TRADICIONAIS: O CASO DE UMA COMUNIDADE INDÍGENA NA FRONTEIRA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA<sup>1</sup>

*Luiz Felipe Barboza Lacerda*  
*Luis Eduardo Acosta Muñoz*

**Resumo:** O artigo apresenta inovadora construção e aplicação de Indicadores de Bem-Estar Humano. Parte de uma análise sobre a constituição destes indicadores consolidando uma perspectiva autodeclarada por indígenas e ribeirinhos da Amazônia a respeito do conceito de Bem-Estar subsidiado pela ideia de Abundância. A partir disto, apresentam-se os Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT), apoiados em cinco grandes Capacidades: Controle Coletivo Sobre o Território; Agenciamento Cultural Autônomo; Garantia de Autonomia Alimentar; Construção de um Ambiente Tranquilo para se viver; e Autocuidado e Reprodução. O estudo surge da cooperação científica internacional entre o Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica da Universidade do Estado do Amazonas (GPEDA/UEA), o Grupo de Pesquisa Valoración de los Conocimientos Tradicionales, do Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas, Sinchi, da Colômbia e o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida – OLMA. Os IBPT foram aplicados junto a comunidades indígenas

---

<sup>1</sup> Artigo publicado anteriormente em: LACERDA, Luiz Felipe Barboza; MUÑOZ, Luis Eduardo Acosta. Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: o caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira. *Cadernos IHU Ideas*, São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, ano 5, v. 15, n. 256, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/256cadernosihuideas.pdf>.

e ribeirinhas da Amazônia brasileira e colombiana; este artigo expõe o caso da comunidade indígena de etnia Cocama, Nova Aliança, localizada no município de Benjamin Constant, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Os resultados socializam importantes avanços metodológicos na construção de indicadores fidedignos a respeito do Bem-Estar das populações tradicionais e ilustram como as comunidades tradicionais constroem seu Bem-Estar através da sabedoria sobre os ciclos das águas, das terras e da floresta, guardando autonomia sobre os processos produtivos e culturais em seus territórios.

**Palavras-chave:** Indicadores. Povos Tradicionais. Indígenas. Amazônia. Bem-Estar.

## Introdução

Comumente a qualidade de vida tem sido atrelada à ideia de desenvolvimento medido pela quantidade de ingressos monetários ou de bens adquiridos por um grupo, família ou mesmo sociedade e nesta perspectiva o mercado é considerado como a única entidade com concessão ao Bem-Estar. Assim, o conceito de Bem-Estar torna-se sinônimo de desenvolvimentismo e progresso. Mas o que é realmente Bem-Estar? Parece-nos ser algo distante do que produzem os atuais indicadores de desenvolvimento predominantes, geralmente focalizados na ideia de pobreza. Bem-Estar, por outro lado, pode estar vinculado à ideia de Abundância, de soberania sobre a cultura e a alimentação, de equilíbrio entre práticas formais e práticas tradicionais na saúde e na educação, na capacidade de construir um ambiente tranquilo para se viver.

Para grande parte dos povos tradicionais da América Latina e, particularmente, da Amazônia, os elementos do território onde vivem são indissociáveis dos aspectos culturais, sociais, alimentares, econômicos e ambientais que sustentam a vida. De acordo com os Direitos Humanos (ONU, 2007); as políticas públicas devem diferenciar as comunidades indígenas e ribeirinhas e produzir coerente afastamento da ideia produzida em torno do conceito de pobreza e miséria. Evidentemente existem vulnerabilidades nessas realidades, porém não se enquadram nestes conceitos constituídos pelos macroindicadores.

Uma análise geral evidencia que na atualidade muitos quadros conceituais não permitem uma abordagem honesta frente às especifici-

dades territoriais dos povos indígenas e ribeirinhos; os indicadores aqui apresentados buscam suprir estes quadros com construções analíticas coerentes a estas populações. Neste sentido, o artigo considera o processo histórico de formação dos indicadores de Bem-Estar Humano e Bem-Estar Humano para povos Indígenas, e ao fim, chega-se à proposição e aplicação dos **Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT)**, junto às comunidades indígenas e ribeirinhas da região do Alto Solimões, na Amazônia brasileira.

Os IBPT centram-se no conceito de Abundância entre os povos tradicionais e dele concebe vinte indicadores que estão agrupados em cinco Grandes Capacidades, a saber: Capacidade de Controle Coletivo do Território; Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo; Capacidade de Garantia Alimentar; Capacidade de Construir Ambiente Tranquilo para Viver e; Capacidade de Autocuidado e Reprodução.

Este estudo surge no âmbito da cooperação científica entre a Universidade do Estado do Amazonas (Brasil), o Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas, Sinchi (Colômbia), apoiados pela ISCOS: Projeto Bem-Viver, a Diocese do Alto Solimões e a Associação de Agricultores e Agricultoras de Benjamin Constant (ASPRO-BC) e o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida – OLMA. Junto a três comunidades brasileiras foram aplicados os Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT): Comunidade de etnia Ticuna São João de Veneza e Comunidade de etnia Cocama Nova Aliança, ambas localizadas em terra firme, além da comunidade ribeirinha de São José, localizada em área de várzea.

Os resultados demonstram que os indicadores analisados junto aos povos tradicionais da Amazônia colombiana são adequados aos povos tradicionais do Alto Solimões, que comungam hábitos, culturas, valores e sentidos. Demonstram como existem distintas formas de conceber o desenvolvimento e que o Bem-Estar atrelado a capacidades fundamentais localmente construídas em conjunto com os povos tradicionais é um avanço nas informações sobre essas populações. Por fim, ilustram que o Bem-Estar na comunidade de Nova Aliança apoia-se na governabilidade local, na abundância alimentar e na adesão as normas comunitárias.

## **A criação dos Indicadores de Bem-Estar e as populações tradicionais**

Desde a segunda metade do século XX a ênfase para medir o Bem-Estar da sociedade tem sido restringida a teoria econômica e a utilização do Produto Interno Bruto (PIB) como um indicador predominante. Nas décadas entre 1950 e 1960 as economias do chamado terceiro mundo atingiram bruscas quedas em relação às taxas de crescimento econômico, tais quedas advertiam crescentes problemas sociais (Bustello, 1992).

No final dos anos sessenta foram introduzidas na medição da qualidade de vida as abordagens das necessidades básicas, que destacam questões como a geração de emprego, a redução das desigualdades sociais a satisfação das necessidades básicas (OIT, 1976). Na América Latina, a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) apresentou o método de Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI) com a finalidade de caracterizar a pobreza usando os censos das populações a nível nacional. Os críticos argumentavam que o método NBI não era adequado, porque sendo guiado pelas vulnerabilidades, não conseguia construir ideia sólida de Bem-Estar (Gómez, 1997; Feres; Mancero, 2001).

No início dos anos setenta surgem abordagens enfatizando os aspectos sociais específicos para avaliar a qualidade de vida (Zarzosa, 1996). Entre estes se destacam as propostas da Organização de Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1985) e das Nações Unidas, que buscavam medir Bem-Estar sob um conceito multidimensional (ONU, 1978). Contudo, essas abordagens ainda destinavam excessiva importância ao caráter objetivo aplicável a qualquer grupo social ou cultural (Collado, 1992).

No início dos anos 90, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD, 1990) propõe os Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) baseando-se no conceito de desenvolvimento como liberdade; e com uma visão multidimensional das questões de desenvolvimento social reflete a expectativa de vida, alfabetização e domínio sobre os recursos para desfrutar de um padrão de vida delimitado enquanto decente. Contudo, perduram as críticas sobre a ideia de desenvolvimento humano e qualidade de vida vinculadas as noções mercantilistas e sem a compreensão fidedigna de populações específicas e seus territórios.

A partir de 1990 surgem propostas apresentadas pelo Banco Mundial (BM) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) distinguindo suas políticas de apoio aos indígenas de maneira específica. Contudo, segundo Renshaw e Wrae (2004), os indicadores aludidos mostravam limitações conceituais que sustentavam uma análise convencional, economicista e ocidentalizada para aquilo que chamavam Bem-Estar, promovendo verdadeiras arbitrariedades na avaliação dos mais diversos estilos de vida.

De outra parte, na conferência ECO-92, celebrada no Rio de Janeiro, os 185 países componentes da ONU firmam o Convênio sobre a Diversidade Biológica (CDB-OIT, 2009). O convênio é a gênese de indicadores para a avaliação sobre a situação dos conhecimentos e práticas tradicionais associadas à biodiversidade, introduzindo princípios como pluriculturalidade, economias de subsistência, conhecimentos tradicionais, saúde física e espiritual e diversidade alimentaria. Este processo é visto como significativo avanço das metodologias de avaliação sobre Bem-Estar dos povos e da natureza.

Por influência deste contexto o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2004, p. 23) apresenta pela primeira vez o tema Liberdade e Diversidade Cultural, marcando um hiato em relação às discussões de desenvolvimento ao incluir aos debates temas como: convivência pacífica, conflito interétnico, direitos culturais, minorias em vulnerabilidade, exclusão e subordinação cultural, e frisa que “sem considerar tais elementos é inviável a construção de políticas públicas e indicadores de avaliação que realmente despontem uma coerente ideia de Bem-Estar e desenvolvimento”.

Com isto, passa-se a reconhecer que as cosmovisões locais são fundamentais para avaliar tanto as políticas como as ações de desenvolvimento e Bem-Estar em relação com as expectativas de vida e o respeito às culturas tradicionais e ao meio ambiente. Abre-se assim, espaço para a concepção autodeclarada de Bem-Estar destes povos, respeitando a existência de indicadores étnicos e indicadores culturais específicos, coerentes e fidedignos (ONU, 2007; 2008).

Este processo culmina com uma série de encontros internacionais dos Povos Indígenas que produziram posições firmes sobre avaliações dos modos de vida tradicionais, destacam-se: 1) Declaração Política de

Kimberlee<sup>2</sup>, onde se assinala a autodeterminação dos povos em controlar recursos naturais que são à base de sua existência e centrais na preservação dos conhecimentos tradicional associados à biodiversidade; 2) Reunião de referências e lideranças indígenas de América Latina e Caribe sobre indicadores de Bem-Estar Humano (IBH) realizada na Nicarágua (2006), onde se reafirma a importância da criação dos IBH como uma proposta viável para medir os modos de vida indígena desde que reconheçam as classificações e as visões locais sobre o mundo, seus corpos jurídicos e a administração dos recursos; a conservação de seus modelos de saúde e educação; 3) O Pacto de Pedregal<sup>3</sup> realizado no México em 2004 com a presença de líderes indígenas<sup>4</sup> que firmam os pontos mínimos que devem conter os indicadores que buscam a percepção holística de Bem-Estar dos povos tradicionais, a saber: terem a capacidade de identificar a população indígena em sua diversidade de credos e culturas; deflagrarem as problemáticas sobre estes estilos de vida; fornecerem informações para a formulação de políticas públicas coerentes com as características culturais; contribuir para a consolidação das autoridades tradicionais e as tomadas de decisão comunitárias (UNAM, 2008).

Com estes avanços a CEPAL e o Fundo Indígena<sup>5</sup> desenvolveram um Sistema de Indicadores Sócio Demográficos de Populações e Povos Indígenas da América Latina (Sisppi), tendo como guia os seguintes eixos: distinguir os povos indígenas do resto da população de maneira a poder estabelecer estatísticas descritivas e referenciais; buscar que os

---

2 Ver. *Declaração Universal dos Direitos dos povos Indígenas*. Disponível em: <https://goo.gl/YeCLnN>. Acesso em: 20 mar. 2017.

3 Consignado ao documento *Povos Indígenas e os Indicadores de Bem-Estar e Desenvolvimento* (ONU, 2008), produto da VII Sessão do Fórum permanente para as questões indígenas da ONU do ano 2007.

4 Líderes indígenas de Argentina, Belize, Colômbia, Bolívia, Brasil, Canadá, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá e Peru.

5 O Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas de América Latina e El Caribe (2011) foi criado em 1992 na II Conferência Ibero-americana de chefes de Estado, celebrada na Espanha. É um organismo de cooperação internacional especializado no autodesenvolvimento e reconhecimento dos direitos dos Povos Indígenas. Está integrado por países membros da América Latina e Europa: Argentina, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela; e outros associados: Bélgica, Espanha e Portugal. Entre os objetivos, destaca-se viabilizar e fortalecer o diálogo intercultural entre os principais atores indígenas, possibilitar e garantir sua participação nas decisões de políticas de desenvolvimento.

resultados cumpram com o critério da pertinência cultural e reconhecer os direitos coletivos dos povos indígenas consolidados a nível internacional (CELADE/CEPAL, 2007).

Estas históricas experiências, amparadas pela própria organização dos povos, abrem espaço para que atores locais em conjunto com tais populações, desenvolvam indicadores específicos para a medição coerente dos modos de vida nos mais diferentes territórios tradicionais. Neste sentido surgem os Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT).

### **Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT): uma alternativa para a avaliação do Bem-Estar**

Acosta (2013) parte da premissa de que o histórico contato das populações indígenas com a cultura ocidental acarretou prejuízos a tais povos e, revisando os índices avaliativos dos mais variados órgãos de apoio, controle ou fomento, conclui que apesar de alguns avanços eles ainda são ineficazes para a compreensão das realidades tradicionais amazônicas (Lacerda, 2016).

Os pressupostos iniciais dos IBPT estão assentados sob a preocupação da soberania das populações tradicionais em seus próprios territórios, assumindo que frente a qualquer intervenção seus valores e culturas devem ser percebidos como parte fundante no decorrer dos planejamentos iniciais às avaliações finais (Lacerda, 2016).

Para os povos por nós estudados, Bem-Estar encontra-se sob o equilíbrio entre a intervenção do povo e o meio onde intervém. Um conceito de condições espirituais e materiais de harmonia com a natureza que acaba por gerar uma série de acordos comunitários, comportamentos e percepções voltadas para certo estilo de vida.

Como base deste Bem-Estar encontra-se o conceito de Abundância, simplificado pela capacidade de encontrar no território o que se almeja para a vida boa. Na cosmovisão *bosquesina*<sup>6</sup>, abundância subsidia-se por um equilíbrio entre retirar e dar ao território; portanto um conceito relacional ecológico e cultural. Ademais, o conceito possui

---

6 GACHÈ, Jorge; VELA, Napoleon. *Sociedad Bosquesina*. Tomo I. Iquitos, Peru: Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana, 2012. O conceito de *bosquesinos* busca, fortalecendo as lutas e demandas comuns, agrupar uma série de culturas amazônicas que comungam práticas e hábitos, respeitando as peculiaridades, porém promovendo inteligibilidade conceitual.

forte característica longitudinal, sempre considerando as gerações que ainda não nasceram.

Os IBPT apoiam-se em cinco capacidades, elencadas a partir das narrativas dos próprios povos indígenas e ribeirinhos: 1) Capacidade de Controle Coletivo do Território; 2) Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo; 3) Capacidade de Autonomia Alimentar; 4) Capacidade de Construir um Ambiente Tranquilo e; 5) Capacidade de Autocuidado e Reprodução. Estas cinco capacidades subdividem-se em vinte indicadores, vejamos a seguir.

### **Capacidade de Controle Coletivo sobre o Território**

Coloca-se sob a existência de um sistema de parentesco e vizinhança que empenham deliberações sobre o conjunto de elementos e ações do lugar. Nessa rede está prescrita a redistribuição de bens e práticas culturais que reafirmam os processos indenitários (Acosta, 2013). De maneira concreta, materializa-se sobre a existência de fortes instituições locais que podem ser a própria residência do cacique, um centro comunitário ou mesmo encontrarem-se personificadas nas hierarquias culturais, como os anciões, os caciques, etc. Desta forma, tal Capacidade manifesta-se através do indicador referente ao Potencial de Governabilidade da População sobre suas Terras.

### **Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo**

Ela engloba o já citado controle sobre as intervenções no território trazendo o foco, sobretudo, na relação que a comunidade estabelece com os agentes externos. Nessa relação, os povos locais devem promover o imperativo dos saberes e práticas tradicionais, colocando a própria comunidade como protagonista das intervenções. Agrega-se a isso o total direito e controle sobre os bens, produtos e saberes gerados em suas terras. Ademais, tal capacidade faz referência às estratégias comunicacionais sobre conhecimentos passados através das gerações. Para tanto, se divide em oito indicadores:

Potencial de Áreas com Oferta de Recursos Naturais corresponde à biodiversidade do território e a disponibilidade de recursos a partir daquilo que sustenta os sistemas locais de segurança alimentar. Para

tanto, mede-se a diversidade de alimentos e suas disponibilidades em diferentes épocas.

Áreas que se sobrepõem aos Territórios Tradicionais, que se refere aos conflitos territoriais de transposições de terras tradicionais por elementos/entidades legais ou ilegais. Analisa-se a cobertura de terra envolvida no conflito, seu histórico, a ação das entidades mediadoras e fiscalizadoras, as afetações no cotidiano da comunidade e as estratégias encontradas pelos povos para lidar com tal problemática.

Potencial de Terra Cultivável Demandadas por Unidades Familiares indica a área total que as famílias utilizam para seus sistemas de produção de alimentos. Neste indicador promove-se balanço entre o total de área disponível para o cultivo e a capacidade de plantio de cada família.

Potencial de População em Terras Tradicionais se refere ao total de habitantes e deriva do cálculo entre nascimentos, óbitos, migrações e imigrações no período de um ano. Neste ponto percebe-se o impacto da mortalidade infantil ou da expectativa de vida na população, assim como os motivos que afetam a mobilidade das populações.

Auto Reconhecimento Étnico, indicador que expressa a identificação cultural que manifestam pertencer; produz-se então um levantamento dos elementos de auto definição em cada cultura. O auto reconhecimento permite mostrar a coesão social em torno de uma identidade cultural, ou por outro lado, a diversidade existente em um mesmo território.

Participação da População em Práticas Culturais Estratégicas é o indicador que busca perceber a vigência das práticas culturais tradicionais no contexto do século XXI. Levanta-se o número de festas, cerimônias ou outras práticas tradicionais, há quanto tempo ocorrem, qual o envolvimento da população, os significados e desafios em realizá-las.

Pessoas Bilingües na língua materna e na língua nacional refere-se à diversidade comunicacional da população. O bilinguismo deve ser considerado como um indicador de pluralismo e riqueza cultural, pois a capacidade de falar a língua materna e a língua nacional está geralmente relacionada com uma boa permeabilidade nas culturas dominantes e com isto agrega-se melhor capacidade de decodificação cultural.

Por fim, o Grau Educacional no Sistema Não Tradicional determina a porcentagem, em relação ao total da população, de pessoas que contam com anos concluídos nas diferentes etapas do ensino. O nível avança-

do no contexto da educação formal permite a possibilidade de interagir como o sistema de valores de outras culturas, assim como a avaliar a influência destas nos próprios valores. Ademais, avalia-se a existência de instituições de ensino no local, sua abrangência e características.

## **Capacidade de Garantir Autonomia Alimentar**

A terceira Capacidade engloba não apenas a possibilidade momentânea da população estar bem alimentada, como também a perspectiva a médio e longo prazo. Inclui a capacidade de armazenamento de alimentos, de garantir insumos ao plantio, de capacidade produtiva familiar, assim como a existência de conhecimentos apropriados para que a produção seja abundante. A esta capacidade dá base cinco indicadores:

Grau de Diversidade dos Alimentos Produzidos e Consumidos refere-se ao número de espécies e suas variedades plantadas, coletadas, caçadas e pescadas, assim como a sua oferta em diferentes épocas, permitindo avaliar as bases da alimentação local.

Importância Cultural dos Alimentos na Dieta Local refere-se à avaliação de critérios culturais que determinam o consumo de certos alimentos como tabus, motivações sociais, representações sobre propriedades adicionais associadas à identidade étnica; e estima-se a porcentagem destes alimentos em relação ao total de alimentos disponíveis. Para as populações tradicionais estes elementos específicos estão, geralmente, aliados a uma compreensão de equilíbrio energético com o corpo e a natureza.

Meios de Conservação e Transformação de Alimentos indica as estratégias para o armazenamento de alimentos perecíveis, não perecíveis e sementes, possibilitando seu aproveitamento em longo prazo. Isto denota o nível de soberania alimentar e capacidade de manutenção do Bem-Estar ao longo do tempo e em momentos de crise.

Disponibilidade de Sementes Tradicionais é um indicador que realiza inventários das sementes que asseguram a abundância. O número e a variabilidade de sementes armazenadas relacionam-se diretamente à autonomia alimentar da comunidade.

População com Desnutrição produz um levantamento da porcentagem da população afetada, dos principais motivos, do público direta-

mente afetado e as possíveis estratégias existentes no território para superar a problemática.

### **Capacidade de Construir Ambiente Tranquilo**

Capacidade que encontra subsídio no cumprimento, por parte de todos, dos códigos e pactos de ética e valores estabelecidos tradicionalmente. Soma-se a isto, a capacidade de aplicar e adaptar os conhecimentos tradicionais a problemas contemporâneos. Apresenta-se através do indicador Exercício da Territorialidade que analisa as relações entre diferentes estratos populacionais, a dinâmica, aceitabilidade e função das lideranças, a existência de estatutos ou códigos de condutas e a análise dos processos de decisão, principalmente em relação ao grau de autonomia frente aos agentes externo; o papel das pessoas mais velhas, assim como sua relação com as gerações mais novas. Avalia-se, enfim, a existência de conflitos territoriais, a permeabilidade e impacto do uso de álcool e outras drogas, questões de violência contra mulheres e crianças e outros elementos que possam dar conta de conflitos sociais, culturais, ambientais, econômicos, políticos e religiosos.

### **Capacidade de Autocuidado e Reprodução**

Por fim, a quinta Capacidade implica na supremacia da visão tradicional a respeito da saúde e da doença, assim como das formas de enfrentá-las. Ressalta-se a necessária harmonia entre a medicina tradicional e a medicina formal. Portanto, está intimamente ligada a manutenção das práticas culturais e inclui a noção ampliada de corporeidade não só da pessoa, mas também ao território que ela ocupa. Encontra-se sob cinco indicadores:

Acesso à Água Potável indicando a proporção de pessoas que contam com serviço de água apta a ingestão. Avaliam-se também as estratégias de potabilização, assim como sua sustentabilidade das tecnologias e serviços presentes no território.

Acesso a Serviços Públicos Básicos, refere-se à abrangência dos serviços de disposição final de resíduos, saneamento básico, energia eléctrica e demais serviços que permitem melhores condições de salubridade e Bem-Estar.

Recursos Humanos Tradicionais e Não Tradicionais Disponíveis no Combate as Enfermidades, avaliando a presença de pajés, xamãs, curan-

deiros, rezadores, assim como médicos, psicólogos e enfermeiros e a relação que estabelecem frente a estes diferentes saberes. O indicador mede também os métodos terapêuticos de saúde física ou espiritual utilizados em cada uma destas medicinas.

Cobertura Física dos Meios para Atender as Enfermidades como o acesso aos serviços de saúde ofertados pelo Estado. Da mesma forma, levanta as estruturas tradicionais como casas de cura, malocas, espaços sagrados entre outras especificidades.

Por fim, Atenção às Mulheres no Parto, que avalia a possibilidade de contar com um parto assistido de maneira e segura, tanto em métodos tradicionais, quanto formais. Avaliam-se inúmeros elementos deste tema, como a existência de parteiras tradicionais até a cobertura formal do pré-natal. O número de partos atendidos é um indicador importante de saúde, sua atenção adequada atenua os índices de mortalidade infantil e indicam a preferência entre processos tradicionais e/ou formais frente a circunstâncias vitais.

Após aproximadamente seis anos de estudos acumulados temos a convicção de que os IBPT geram conhecimentos adequados sobre as populações tradicionais, especificamente as populações tradicionais da Amazônia. Podem, portanto, subsidiar o planejamento de estratégias próprias, de políticas públicas ou ações do terceiro setor. Obviamente, impera a necessidade de adaptação a cada contexto e a cada população e, de maneira geral, convidam a aplicações longitudinais.

Além disto, o exercício de construção e aplicabilidade destes indicadores possui, como pano de fundo, um desejo político em construir material que possa ser apropriado pelas próprias populações, desta forma estando elas aptas a promoverem auto avaliações sistemáticas, promovendo independência de órgãos externos e dos macro indicadores.

### **Aplicação dos IBPT em comunidades indígenas e ribeirinhas da Amazônia brasileira**

Os IBPT foram aplicados em três comunidades de Benjamin Constant, no estado do Amazonas, ao longo de dois anos (2014-2015). São elas: São João de Veneza (Indígena, Ticuna de terra firme), Nova Aliança (Indígena, Cocama de terra firme) e São José (Ribeirinha de várzea). A aplicação seguiu as seguintes etapas: Levantamento extensivo

de material documental e bibliográfico; entrevistas em profundidade com lideranças comunitárias; elaboração de um panorama geral a respeito dos indicadores; visitas a comunidade para devolver e aprofundar percepções iniciais; construção da linha de base analítica sobre o Bem-Estar na comunidade; devolução e retroalimentação das informações através de reuniões na comunidade e, por fim, elaboração do documento final e aprovação dos participantes.

### **Estudo de caso: A comunidade indígena Cocama de Nova Aliança**

De acordo com as referências históricas, o primeiro contato da etnia Cocama com as culturas não indígenas ocorreu em 1557 quando o expedicionário espanhol Salinas, saindo do Equador, chegou aos rios Marañón e Ucayali adentrando os territórios destes índios. Tal povo foi descrito por Salinas como de grande educação, com rica cultura material, finas roupas de algodão e lindas plumagens, demonstrando importantes adornos de ouro, prata e vasta variedade de alimentos e cerâmicas.

Um século depois, em 1651, o Padre Bartolome Perez cria a primeira missão católica entre os Cocamas e em 1758 Marquês de Pombal proíbe o uso das línguas indígenas no Brasil, fazendo com que os missionários que aqui conviviam com os Cocamas passassem a proibir e castigar aqueles que continuassem falando a língua materna (Magno, 2001).

Como consequência destas imposições houve uma fragmentação da cultura Cocama ao longo do século XIX e início do século XX, induzindo-os, como estratégia de sobrevivência, a mesclarem-se com a numerosa nação Ticuna, deixando de lado cultura, hábitos e reivindicações próprias<sup>7</sup>.

O passado Cocama é mítico e comovente, marcado por uma história de contínuos massacres e epidemias que ocasionaram sucessivas ondas migratórias em busca da mística terra “sem males” e, por iro-

---

7 Para saber como este mesmo processo de sujeição e abandono da identidade Cocama aconteceu não somente com os ticunas, mas também com o povo peruano, do outro lado da fronteira, sugerimos o clássico estudo de GOW, Peter. “*Ex-cocamas*”: identidades em transformação na Amazônia peruana. Revista Mana, v. 9, n. 1, p. 57-79, 2003.

nia, os trouxeram para as terras brasileiras potencializando a adesão maciça dos remanescentes a pregação messiânica da seita milenarista da Cruzada. Explorados como mão de obra barata pelos novos colonos, enredados pela pregação alucinada do messias que podia ver o futuro e imersos num ambiente saturado de preconceitos, a coletividade Cocama reage e opta pela sublimação temporária de sua cultura (Luz, 2007, p. 17).

Foi a aprendizagem derivada do acompanhamento das grandes mobilizações do povo Ticuna, que em 1980 Cocamas passaram a buscar independência e nova organização social através do início da retomada de um ideário de identidade própria. A luta do povo Cocama por reconhecimento étnico é uma epopeia que remonta as grandes tragédias gregas. Desde o contato com os primeiros colonizadores até os tempos atuais, este povo ainda não conseguiu ver plenamente suas terras e direitos respeitados. Os principais empecilhos para isto originam-se do incongruente critério adotado por antropólogos e órgãos governamentais brasileiros ao utilizarem a existência de *fluência em uma língua materna* como critério de classificação para determinado povo tradicional, visto que a língua Cocama<sup>8</sup> foi quase extinta a partir das imposições dos colonizadores.

Além disto, a etnia tem origem oficialmente alocada, por grande parte dos estudiosos, no território peruano, gerando dificuldades e desconfianças por parte das autoridades brasileiras em reconhecê-los também enquanto brasileiros.

Resultante desta luta organizada, em 1996 fundou-se a Coordenação de Apoio aos Índios Cocama do Alto Solimões (COAIMA) que desde então vem articulando o reconhecimento da cultura e do povo em território brasileiro. Em 2006 representantes desta organização conseguiram financiamento para deslocarem-se a Brasília no intuito de protocolar, junto ao Ministério da Justiça, uma série de documentos que comprovam a existência e a originalidade de etnia Cocama no Brasil. Foi assim que na gestão da presidente Dilma Rousseff as primeiras terras indígenas Cocamas foram homologadas no Alto Solimões, contudo, ainda existem mais de 22 comunidades entre o trecho de Tabatinga (AM) e Tefé (AM) que

8 Para estudar em profundidade os processos históricos, sociais e gramaticais da língua Cocama, sugerimos: LALI, Chandra; LALI Ana. Reduções lexicais e gramaticais na fala dos últimos falantes nativos do kokáma no Brasil. *Revista SILEL*, Uberlândia, EDUFU, v. 1, 2009.

demandam a demarcação de terras tradicionais (Luz, 2007). De acordo com as estatísticas oficiais, em 2010 existiam 9.636 Cocamas no Brasil, 236 na Colômbia e 11.370 no Peru (FUNASA, 2010).

Uma característica religiosa marcante de boa parte do povo Cocama, assim como do povo Ticuna, na região da tríplice fronteira amazônica, é o pertencimento a Igreja da Santa Cruz. Tal movimento chega por volta de 1960 no contexto Alto Solimões ganhando profunda capilaridade nas culturas indígenas. A Santa Cruz é uma religião messiânica de cunho fundamentalista protagonizada por Francisco da Cruz, até hoje com alta aderência dos indígenas da tríplice fronteira<sup>9</sup>.

Nova Aliança é uma destas comunidades de etnia Cocama na calha do rio Solimões, fundada em 1980 por integrantes da Igreja da Santa Cruz. Nela o Cacique é a autoridade política máxima eleito por votação em assembleia geral por um período de quatro anos. Com ele é escolhido um Vice-Cacique, um Secretário, um Vice-Secretário, um Tesoureiro, um Vice-tesoureiro e mais dois Conselheiros. Esta junta, entre outras atribuições tem o papel de promover projetos na comunidade e é regida por um estatuto comunitário composto por regras, normas e condutas possíveis e não possíveis em Nova Aliança.

Ademais, em Nova Aliança existe uma Associação de Produtores que por sua vez, através de votação em assembleia geral, também conta com um presidente e um vice-presidente. A ordem da Santa Cruz igualmente, possui estatuto próprio, um coordenador e uma junta diretiva específica. Outras autoridades, em determinadas circunstâncias, são consideradas as pessoas sabedoras da medicina tradicional. Atualmente elegeu-se também um representante de assuntos indígenas, para tratar diretamente com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e demais órgãos responsáveis, sobre os temas que cabem especificamente à cultura indígena e o resgate da cultura e dos direitos Cocama.

As lideranças nos indicam que existe uma série de acordos preestipulados entre o cacique e a coordenação da igreja para a condução da comunidade, não havendo conflito entre as duas instâncias. As autoridades fazem questão de deixar claro que trabalham na sensibilização das pessoas sobre o uso de álcool e drogas, que são expressamente proibidos na comunidade, assim como a plantação de ilícitos ou a extração de

---

9 Para saber mais: GUARESCHI, Pedrinho. *Entre a Cruz e o Poder: a irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

madeira ou a caça para comercialização. Dizem ainda que em termos de solidariedade existe um acordo entre as famílias para auxiliar financeiramente ou com algum recurso alimentício/material, outras famílias que por ventura, passem por circunstanciais problemas estruturais na produção ou relacionados a saúde de um integrante.

Não podemos perder de vista que a organização social Cocama parte da centralidade familiar e neste sentido o pai de família é a autoridade máxima. Assim sendo, adotam descendência patrilinear e constituem uma organização política descentralizada nos aspectos básicos, mas representada externamente pela centralização do poder de alguns integrantes como o cacique ou o presidente da associação. Cabe frisar que a necessidade de centralizar a liderança decorre do contato mais acentuado com a sociedade não indígena e a demanda que esta imputa as culturas tradicionais de representação personificada nas estruturas da sociedade moderna (Acuña, 1994).

Percebendo os elementos supracitados, podemos informar, a respeito da Capacidade de Controle Coletivo do Território, que Nova Aliança apresenta uma significativa capacidade de governabilidade que basicamente divide-se entre questões religiosas, étnicas e produtivas. Tal governabilidade é gerada pelo respeito de cada liderança para com a jurisprudentia e a decisão dos demais. Existe assim, equilíbrio entre as ações destes líderes, evidenciando muito mais complementariedades do que rivalidades ou discordâncias, apesar de que diversos relatos também apontam para uma falta de comunicação mais efetiva e afinada entre eles.

É marcante entre os moradores uma ideia já legitimada de que cada liderança responde por determinada temática, direcionando assim, o fluxo de demanda frente a estas pessoas e justificando uma falta de comunicação entre estes representantes, visto que o código de conduta cotidiano, formal e não formal, já deixa claro e atribuído o papel de cada líder no contexto comunitário.

Sobre as dinâmicas atuais que, inclusive aludem sobre a Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo, os IBPT demonstram que ao longo dos anos Nova Aliança vêm crescendo de maneira contundente, principalmente impulsionada pela constante no número de nascimentos anuais que mantêm uma média de 5% neste período e uma taxa de zero mortalidade. Neste sentido, chama a atenção para um crescimento mais acentuado entre os anos de 2014 e 2015, representado pela taxa de

treze nascimentos, o dobro da média dos anos anteriores, como podemos observar na tabela a seguir:

**Tabela 1: Evolução populacional de Nova Aliança**

| ANO  | População   | Fonte                   |
|------|-------------|-------------------------|
| 2008 | 220 pessoas | Silveira (2008)         |
| 2010 | 371 pessoas | GPEDA (2010)            |
| 2012 | 347 pessoas | SESAI                   |
| 2013 | 356 pessoas | SESAI                   |
| 2014 | 376 pessoas | SESAI                   |
| 2015 | 442 pessoas | Lideranças Comunitárias |

**Fonte: autores (2016)**

Além das positivas taxas de nascimento e baixas taxas de mortalidade outro fenômeno que explica o crescimento bruto de 50,22% da comunidade em sete anos é a chegada tímida, porém sistemática, de famílias Cocamas peruanas que migram para o Brasil em busca de melhores condições de vida ou motivadas por um percurso territorial de ascensão espiritual incentivado pela Igreja da Cruz, que passa por Nova Aliança até chegar a uma terra prometida, de acordo com as profecias. Este último fato aporta significativa volatilidade populacional a comunidade.

Visto o histórico de desaparecimento da língua Cocama os informantes afirmam reconhecerem-se enquanto tais pela observação das linhagens hereditárias e as histórias contadas pelos anciões. Em Nova Aliança apenas quatro pessoas são falantes da língua materna. Auto referenciam-se também através da caracterização e práticas das mulheres Cocama, pois elas conhecem a agricultura tradicional, a sabedoria das comidas típicas da etnia e a confecção de cerâmicas. Os IBPT apontam que 90% da população de Nova Aliança fala português e espanhol, porém apenas 0,89% fala Cocama.

A língua Cocama foi classificada inicialmente enquanto derivada do trono *tupi*, posteriormente Cabral (1995) comprovou que se trata de uma língua híbrida, pois recebeu contribuições do *tupi*, mas também do *aruaque* e do *quíchua*. Afirma-se que tal miscigenação da língua Cocama deriva de povos da floresta peruana e de povos andinos que

entraram em contato com línguas brasileiras principalmente do povo *Arawak*. Estes últimos, saindo da costa do oceano atlântico, teriam migrado em direção a Amazônia após a chegada dos primeiros colonizadores no século V no litoral, encontrando-se na região do alto Solimões com demais línguas e povos que acabaram por originar a fala Cocama. Como frisado anteriormente, tal língua quase extinta por imposição dos colonizadores.

Por outro lado, o elevado grau de pessoas bilíngues, entre o português e o espanhol, vista a localização de Nova Aliança na zona de fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, representa uma estratégica possibilidade de comunicação e articulação entre comunidades vizinhas de países distintos. Ademais, visto a quase extinção da língua, a possibilidade em falar português e espanhol representa uma fenda significativa para troca e fortalecimento entre Cocamas dos três países. Por fim, o alto índice de bilinguismo sobre as línguas nacionais apresenta-se como um facilitador para ampliar as possibilidades de comercialização dos produtos primários, podendo assim, o vendedor Cocama adentrar além dos espaços comerciais brasileiros, os espaços peruanos e colombianos.

Portanto, sobre este indicador referente as línguas, que oferta suporte a Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo na perspectiva dos Indicadores de Bem-Estar para Povos Tradicionais; claramente, a preocupação coloca-se sobre o baixo índice de falantes da língua Cocama.

Outro importante indicador de avaliação para averiguar a Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo refere-se as práticas e principalmente, as festas tradicionais. Encontramos duas festas comunitárias tradicionais em Nova Aliança: A festa da Igreja da Santa Cruz, comemorada desde 1982; e o dia do índio desde 1998, este último com representações culturais, bebidas típicas e danças tradicionais da cultura Cocama.

Informam as lideranças que antigamente, quando se circuncisava os recém-nascidos realizava-se uma festa com doces e toques de flautas, contudo, por imposição da Igreja da Santa Cruz essa prática festiva foi abandonada. Não encontramos uma só pessoa em toda a comunidade que possuísse ou soubesse tocar esse instrumento.

Sobre tal influencia os moradores da comunidade afirmam que nos primórdios os Cocamas tinham um Deus de influência Inca chamado Yupanqui, os atuais dizem que isto era mais “um mito dos antigos”, que

a verdadeira, primeira e única religião do povo Cocama é a Igreja da Santa Cruz.

Compreendendo isso, visto que a igreja da Santa Cruz implica em uma série de restrições a respeito de roupas, posturas e alimentos, vislumbra-se os motivos pelos quais, quando ocorre a festa do índio, os moradores integrantes da igreja contribuem com comida, bebida e recursos, porém não participam das danças e ritos, que ficam a caráter de outros comunitários. Este último grupo é diminuto, pois a maior parte dos moradores faz parte da Igreja e Nova Aliança, entre tantas, é uma comunidade de referência para outras comunidades brasileiras e peruanas seguidoras da Ordem.

A segunda festa em grau de importância é a festa do dia do índio, que está vinculada ao folclore e a tradição dos antepassados, porém desarticulada de aspectos simbólicos ou espirituais que possam gerar sentido à vida presente.

Como último indicador analisado sobre a capacidade de agenciamento cultural, apresentam-se os aspectos relacionados a educação. Nova Aliança conta com uma escola de educação formal ligada a rede municipal de ensino. Tal escola não é reconhecida como escola indígena justamente pelo histórico de dificuldades encontradas por este povo junto ao governo brasileiro sobre seu reconhecimento.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Banejamin Constant, Nova Aliança conta com 12 professores e alunos matriculados na seguinte proporção: Pré I: 11 alunos / Pré II: 15 alunos / 1ª: 23 alunos / 2ª: 21 alunos / 3ª e 4ª: 25 alunos / 5ª: 23 alunos / 6ª: 16 alunos / 7ª: 11 alunos / 8ª: 18 alunos / 9ª: 11, não possuindo Ensino Médio e contando com 27 alunos matriculados na educação de jovens e adultos, totalizando 178 alunos, o que representa 40,27% da população contabilizada em 2015 envolvida com atividades educativas do ensino regular.

O significativo número de pessoas vinculadas à estrutura educacional demonstra que quase a metade da população atual encontra-se vinculada a escola da comunidade. Como denota a própria descrição do indicador, este fator demonstra uma importante capacidade de interatuar com o sistema de valores não tradicionais, assim como avaliar a influência deste sistema externo sobre o próprio sistema de valores.

Chama a atenção, por outro lado, o fato de que, apesar de reconhecida como comunidade indígena e de etnia Cocama a escola de Nova Aliança ainda não é reconhecida pelos órgãos públicos enquanto escola indígena, afetando assim toda uma estrutura curricular, de calendários, metodologias e adaptações que prescrevem as leis brasileiras como direito das escolas indígenas<sup>10</sup>.

Avaliando, portanto, os indicadores acima relacionados concluímos que é incipiente a capacidade de agenciamento cultural de Nova Aliança, visto a secularização das festas que tratam da cultura Cocama, assim como a quase inexistência de falantes da língua materna, ou mesmo o reconhecimento de sua escola como escola indígena Cocama. Contudo, devemos ampliar nossos horizontes sócio históricos para a realização de tais análises: como já descrito, este quadro de Nova Aliança não se diferencia da situação geral das demais comunidades e populações de etnia Cocama que, com a opressão e invisibilidade geradas pelo processo histórico de ocupação exógena do Amazonas, quase se extinguíram e ainda hoje enfrenta dificuldades existenciais.

Esta incipiência, muito antes de ser percebida enquanto pura vulnerabilidade deve indicar que nos tempos atuais a luta Cocama se refaz, se reinventa e ganha cada vez maior organização e visibilidade.

A força de autonomia cultural encontra-se, por sua vez, sobre o alto índice de envolvimento nas estruturas formais de educação, assim como de pessoas bilíngues em relação ao Português e ao Espanhol, o que lhes garantem inúmeras vantagens no contexto da tríplice fronteira. A figura da mulher enquanto elemento de referência étnico cultural também expressa uma fortaleza na autonomia cultural desta comunidade, que apesar de uma dinâmica patrilinear deposita no feminino seu resguardo indenitário. Por fim, soma-se a esta capacidade de agenciamento cultural o fato de não serem constatadas sobreposições e conflitos explícitos nas terras de Nova Aliança, facilitando tal manutenção cultural.

Tendo em vista a relação simbiótica que a cultura indígena estabelece com a terra e que, como aludimos na segunda parte deste artigo, o conceito de Bem Estar e por sua vez de abundância, é um conceito relacional que envolve natureza, cultura e sociedade, perceberemos que a Capacidade de Agenciamento Cultural Autônomo, que em grande

---

10 LDB (n.º 9.394/96); PNE (n.º 10.172/2001); CNE (parecer n.º 14/99); Lei n.º 11.645/2008; Decreto n.º 6861/09 e Portaria MEC n.º 1062/2013.

escala indica a possibilidade de realizar a manutenção adequada dos aspectos da vida cotidiana, mescla-se em profundidade com a Capacidade de Garantir Soberania Alimentar, como veremos a seguir.

Nova Aliança está localizada em terra firme, com cinco quilômetros de frente e uma profundidade relatada como ponto de referência “até o igarapé Japurá” (há dois dias de caminhada do centro da comunidade). Portanto, o território é vasto e não conta com mapas de satélites que possam dar uma dimensão real de sua extensão. Mesmo assim, a partir dos relatos coletados chegamos à conclusão de que a comunidade possui alto potencial de terras com recursos naturais disponíveis, induzindo a interpretações iniciais de garantia alimentar presente e futura.

Existem neste perímetro terras que são de uso privado e de uso coletivo, assim como áreas que através de acordos internos devem ser preservadas. Na área cultivada basicamente encontram-se mandioca e banana, depois cominho, pepino, pimenta, mamão e abacaxi. Metade da quantidade destes produtos se comercializa e outra metade se consome, tendo uma distribuição equilibrada entre as duas funções. A comunidade também conta com uma área pequena que faz o descanso e a recuperação da terra.

De acordo com os estudos de Noda e Braga (2012), encontramos a seguinte proporcionalidade retirada de uma amostra em Nova Aliança: Área total de uso é de 283 hectares divididos em: Plantio: 68,4 hectares (14 roças); 53,0 hectares (11 sítios); 146,2 hectares (30 capoeiras) e 15,4 hectares (3 fragmentos florestais).

Contudo, partindo do conhecimento empírico de que uma roça equivale a uma unidade familiar, os dados apresentados por tais autores devem ser relativizados, pois se confrontarmos o número de 14 roças catalogadas com a quantidade de 58 famílias em Nova Aliança no ano do estudo (2012) teríamos 44 famílias sem produção agrícola, hipótese insustentável nestes termos.

Mesmo assim, visto o caráter de amostra de tal pesquisa, os avanços proporcionados pelos autores não são irrelevantes e na verdade constituem o estudo biométrico mais apurado que se pode encontrar entre as referências bibliográficas, sobre a produção e extração de alimentos na comunidade de Nova Aliança.

Sobre a pesca, Noda e Braga (2012) informam que é prioritariamente realizada por homens que destinam aproximadamente 4,8 horas

diárias para tal tarefa, concretizada tanto na época da cheia, quanto na vazante do rio. Neste estudo foram reconhecidas junto aos pescadores de Nova Aliança trinta espécies de peixes pertencentes a quatorze distintas famílias taxonômicas. A maioria dos homens utiliza a malhadeira ou a tarrafa como principal ferramenta para tal atividade.

Sobre a caça, neste mesmo estudo, os informantes identificam mais de 77 espécies possíveis para a alimentação e destacam em ordem de importância entre os mamíferos a Anta, a Caititu, seguidas da Capivara, Cuatá e a Cutia. Já para as aves aquáticas respectivamente destacam-se em grau de prestígio o Carão, o Carará, a Corócoco e a Garça. Entre as aves terrestres o Bem-te-vi, Curica, Inhambu, Jacamim a Jacu e a Japó. Por fim, entre os répteis destacam-se o Cabeçudo, Cascuda, Jacaré, Tartaruga, Tracajá e Jaboti (Noda; Braga, 2012).

Com abordagem distinta, buscando compreender a diversidade produtiva pelo inventário das produções, mas também pela predominância de alimentos nas refeições básicas, os IBPT ilustram que em Nova Aliança cultiva-se e consome-se prioritariamente nove espécies: açaí, cupuaçu, banana, mandioca, coentro, pepino, pimenta, mamão e abacaxi. Além disto, relatam consumo prioritário de três espécies de animais de caça e quatro espécies de peixes. Totalizando quinze espécies na diversificação básica da alimentação cotidiana das famílias.

É, portanto, alta e significativa a diversidade de alimentos produzidos e consumidos em Nova Aliança, garantindo diversidade e qualidade na alimentação familiar, assim como boa variedade para captação de recursos mediante a venda de produtos primários no mercado local, caso necessário.

É importante frisar que a análise realizada pelo GPEDA em 2010 demonstrava um predomínio absoluto da mandioca, da banana e do coentro em Nova Aliança. Quase seis anos após o início das intervenções do Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/Bem-Viver, que apresentou como linha diretriz de suas intervenções, no campo da agricultura familiar, o incentivo a diversidade produtiva que garantisse melhor qualidade alimentaria de maneira ecologicamente sustentável, quadruplicou-se a quantidade de alimentos encontrados entre as famílias de Nova Aliança.

A respeito das restrições e tabus para algum tipo de alimentação, seguindo a cultura regional, afirmam não consumirem carnes “remosas”

na gravidez e na doença, como peixes de couro e tartaruga, ou outros animais de casco. Apesar da porcentagem de alimentos culturalmente restritos chegarem a quase 20% frente ao total das possibilidades alimentarias relatadas, principalmente no tocante a pesca e a caça, deve-se ter em mente que tal índice não se mostra de extrema significância visto não afetar a população de maneira geral e indiscriminada, referindo-se especificamente a pessoas em condições específicas, como doenças e gravidez.

Outro indicador importante que alude a soberania alimentar é a capacidade de armazenamento e beneficiamento de alimentos que em Nova Aliança mostra-se na transformação em abundância de mandioca em farinha, principal produto de comercialização da comunidade. Existe também uma prática antiga ainda realizada por algumas famílias, de enterrar a mandioca para que fique com bom estado de conservação em enchentes ou algum outro empecilho emergencial. As carnes e peixes são geralmente secados ao sol e posteriormente salgados e armazenados em cestos de cipós revestidos de folhas de bananeiras, chamados de paneiros. Apesar de que em 2014 Nova Aliança tenha sido contemplada com o programa Luz para Todos, do Governo Federal, contando atualmente com suprimento de energia elétrica constante, ainda são poucas famílias que dispõem de aparatos eletrônicos para conservação de alimentos.

Em Nova Aliança são encontradas as típicas formas de armazenamento de sementes com a utilização de garrafas de plástico, demonstrando uma compartilhada sabedoria regional para armazenar insumos. Este conhecimento, como afirma o indicador, é importante na medição da capacidade que determinado povo possui em lidar com a garantia alimentar em tempos de crise ou escassezes, reverberando assim, nas capacidades de autonomia alimentar. As sementes geralmente armazenadas em Nova Aliança são de milho, chicória, arroz, pimenta, pimentão, girimum, melão e pepino.

É importante frisar que nove famílias, participantes ativas nas ações do Projeto supracitado, fazem parte do Banco de Sementes, trabalhando no resgate de sementes nativas da região. Com este resgate e estas técnicas de armazenamento, informam não dependerem mais do repasse do governo e de suas sementes geneticamente modificadas, que de acordo com os indígenas, rendem menos, não são reaproveitáveis e desgastam mais o solo.

É significativa, portanto, a disponibilidade de sementes armazenadas pelos comunitários de Nova Aliança, demonstrando a autossuficiência alimentaria e domínio do ciclo agrícola em todas suas etapas, sem dependência direta de órgãos externos ou da disponibilidade de insumos no mercado. Isso denota positivo grau de independência e emancipação dos agricultores.

No tocante as práticas laborais, Silvera (2008) chama a atenção às atividades coletivas que em Nova Aliança acontecem duas vezes ao mês, levando as pessoas a trabalharem espontaneamente na terra dos outros comunitários. Devemos assinalar que atualmente estas práticas não são tão frequentes, e como exemplo nos espelhamos em recente pesquisa realizada pelo GPEDA em 2014 com o intuito de averiguar qual a participação feminina no trabalho coletivo e na composição da renda doméstica, chegando-se a seguinte conclusão:

Observamos que Nova Aliança é a comunidade onde as mulheres mais participam na composição da renda, contudo é onde menos participam das decisões domésticas e é a penúltima, entre 18 comunidades analisadas, no que se refere ao envolvimento de homens e mulheres nos trabalhos coletivos, apresentando não apenas baixo índice de participação das mulheres, como também baixo índice de ocorrência do próprio fenômeno (GPEDA, 2010, p. 114).

Ainda elucidando características sobre a produção familiar, os estudos de Noda e Braga (2012) também afirmam que os homens são sabedores das localizações adequadas das plantas e matas, porém são as mulheres que possuem conhecimentos sobre que espécie pode servir de alimento, de remédio ou de ornamentação. Com auxílio delas os autores catalogaram 72 espécies de plantas alimentícias, 67 medicinais e 21 ornamentais.

Desta forma, sobre a positiva Capacidade de Soberania Alimentar de Nova Aliança somos levados a concordar com Noda e Braga (2012, p. 412) quando afirmam que:

A respeito da segurança alimentar observa-se o fato do sistema produzir alimentos para a reprodução social dos comunitários, isto porque o acesso aos alimentos pela via não monetária evidencia o elevado patamar de suficiência. Nas unidades familiares de Nova Aliança este patamar atinge 70% do total de produtos consumidos.

Passando aos indicadores que buscam avaliar a Capacidade de Construção de um Ambiente Tranquilo para se viver, as informações

apontam para não existência de conflitos relacionados a sobreposição de terras no território Cocama de Nova Aliança. Os informantes relatam que não existem conflitos entre as autoridades comunitárias, nem mesmo com atores externos, tendo inclusive boa relação com a FUNAI e com a Polícia Federal.

Não podemos deixar de referir os estudos de Luz (2007, p. 177) informando ter sido testemunha de práticas ilícitas e criminosas por parte de algumas lideranças Cocamas no Alto Solimões, como a formação de quadrilhas e *“terrorismo psicológico por meio de ameaças de quem lucrava com a inclusão de membros não-indígenas na lista de beneficiários de projetos sociais, mediante pagamento de taxas.”* Contudo, o autor não especifica comunidades, tão pouco nomes particulares em seus estudos. Da nossa parte, não foram observados tais fenômenos.

Sobre as problemáticas que mais afligem a harmonia da comunidade hoje os entrevistados destacam a venda e consumo de bebidas alcoólicas, assim com festas independentes e, por vezes, o manejo de trabalhos ilícitos na comunidade. Quando essas regras são desrespeitadas a pessoa infratora é chamada para uma primeira reunião com autoridades locais, caso mantenha o comportamento ela é defrontada com a FUNAI e a Polícia Federal. Indicam ainda que as autoridades locais buscam sistematicamente sensibilizar as pessoas sobre a temática das drogas e da bebida, assim como dos ilícitos, justamente para evitar estas situações extremas, concluem indicando que até o momento não ocorreram casos crônicos.

Como dinâmica interna a ser considerada no Bem-Estar e na harmonia de Nova Aliança, cabe ressaltar, como citado anteriormente, a existência de um acordo de apoio comunitário solidário e coletivo para pessoas que estão hospitalizadas ou passando por profundas dificuldades financeiras. Este é um dos motivos, relatam os informantes, pelos quais não são encontrados casos de desnutrição na comunidade.

Mesmo frente a esta aparente tranquilidade e falta de conflitos, Nova Aliança, a pedido das próprias lideranças comunitárias, foi alvo de incursões da Polícia Federal atrás de extratores ilegais de madeira que, em áreas nativas mais distantes, roubam madeiras de lei da comunidade e posteriormente passam ao lado peruano da fronteira, onde não carecem de registros. Nunca houve confronto direto com estes madeireiros, porém é sabido a presença deles no território. Tão pouco a Polícia Fe-

deral oferta informações precisas sobre o ocorrido, desconhecendo em detalhe tais ocorrências.

Outro fator que devemos ressaltar é o recente aparecimento de grupos de ladrões na calha do rio Solimões, chamados pelos comunitários de *Piratas*. Estes grupos, geralmente armados e equipados com lanchas e motores mais potentes do que a maior parte das embarcações que trafegam pelo rio, atacam geralmente ao fim de tarde, roubando produtos agrícolas, dinheiro e outros utensílios das populações indígenas e ribeirinhas. De fato, na região de Nova Aliança, durante nossas visitas por motivo da aplicação destes indicadores, percebemos maior ostensividade na presença da Polícia Federal trafegando pelas redondezas.

Os dois conflitos relatados apresentam perspectivas distintas e carecem de análises também distintas.

O primeira, referente ao roubo de madeira em terras indígenas, é antigo e demonstra o descaso das autoridades públicas no combate a extração ilegal da madeira nativa em toda a Amazônia, além de representar as consequências mais cruéis do esvaziamento e desestruturação dos órgãos que deveriam vigiar e zelar pela floresta. Este tema é amplo, histórico e na tríplice fronteira encontra agravantes relacionados à jurisprudência e territórios nacionais, o que facilita a fuga dos transgressores e do material expropriado<sup>11</sup>.

Do outro lado temos o fenômeno recente dos piratas, que ainda carece de estudos aprofundados, mas, à primeira vista denuncia o agravamento da desigualdade social e da pobreza na região. Outra hipótese corrente refere-se ao combate oficial das forças dos três países ao narcotráfico, que ao ser destituído em algumas regiões acaba gerando grupos de desfilhados e estes, frente a eminência de dívidas e necessidades financeiras mais diversas, formam tais milícias fluviais<sup>12</sup>.

---

11 De acordo com o Instituto Socioambiental (ISA) (2015), no documento Amazônia sob pressão, entre 2009 e 2010, a área total de extração de madeira que ocasionou desmatamento na Amazônia foi de 1.205 km<sup>2</sup> (65% de forma ilegal).

12 Sobre isto a população faz seguida referência às consequências de uma ação específica do exército peruano, em uma região localizada um pouco mais ao norte da fronteira com a Colômbia e o Brasil chamada de Caballococha, onde há muitos anos instalou-se quantidade significativa de plantadores de coca e laboratórios para a transformação de cocaína e que agora, frente à pressão efetiva do exército nacional, migram para o sul buscando refúgio e possibilidades financeiras.

Contudo, como afirmamos, estas são análises casuais e sem aprofundamento empírico, apoiadas em depoimentos diversos, difusos e informais. Fato é, que Nova Aliança apresenta estas duas problemáticas que merecem atenção apesar de que, como bem ressaltado por uma liderança, nenhuma delas tem afetado diretamente o cotidiano e a segurança das famílias da comunidade. A população de Nova Aliança tem sabido acessar as autoridades locais no auxílio de possíveis conflitos relacionados ao seu território e de momento, analisamos junto com a população, uma boa capacidade de construção de um ambiente tranquilo para se viver.

Por fim, referente a capacidade de autocuidado e reprodução, percebemos no que versa o acesso aos serviços básicos, seguindo a tendência generalizada na região, que as moradias em Nova Aliança não contam com sistema de esgoto, estando os dejetos a céu aberto. Da mesma forma, não há serviço de encanamento de água ou destino qualificado para os resíduos sólidos, que geralmente são queimados. Os banheiros, característicos da região, são casinhas externas a residência, de madeira, sem privadas, apenas com pequena estrutura elevada de madeira ligada diretamente ao buraco no solo através de um sistema de fossa seca, geralmente não muito profunda.

Também seguindo uma tendência regional, Nova Aliança não possui acesso a água potável, fazendo uso de estratégias para minimizar os possíveis danos ocasionados pelo uso da água do rio e da chuva como pastilhas de cloro ou a prática de ferver a água. Nova Aliança foi contemplada por um sistema de potabilização de água pelo Bem Viver, porém atualmente está em desuso visto problemas técnicos.

O direito a água e aos demais serviços públicos sofrem do mesmo descaso público em todo o contexto do Alto Solimões; governos mostram-se inertes frente aos grandes desafios estruturais que se apresentam a estas temáticas no interior da floresta. Este fenômeno deflagra a complexidade estrutural em extinguir problemas básicos nos serviços públicos no interior do Amazonas, ao mesmo tempo em que demonstram a falta de interesse e falta de incentivo histórico das autoridades na construção de tecnologias que possibilitem o mínimo de estrutura adequada para estas populações.

Especificamente sobre as questões de saúde informa-se que a comunidade conta com um agente comunitário de saúde e com duas pes-

soas de referência na medicina tradicional e que não há conflito entre as duas medicinas. Tais pessoas de referência comunitária também são importantes ao auxílio do parto, pois Nova Aliança está distante 46,7 quilômetros do município de Benjamin Constant, fazendo com que as mães optem pelo parto na comunidade com o auxílio de parteiras.

Mesmo assim, logo após o nascimento das crianças, tais mulheres informam que se dirigem a cidade para o registro dos recém-nascidos e o encaminhamento de documentação e benefícios<sup>13</sup>. Tanto na comunidade, através do posto de saúde, como na municipalidade, a cobertura do pré-natal atinge aproximadamente 95% dos casos em Nova Aliança, de acordo com as informações do Posto de Saúde Comunitário.

Notamos que frente à quantidade geral da população, é pequeno o número de pessoas apontadas como referências na comunidade para atenção aos enfermos, não chegando a 1%. Apesar de afirmarem equilíbrio e complementariedade entre a medicina formal e a medicina tradicional, este baixo número de referências locais em saúde é algo que, sobre um olhar desavisado, apresenta aparente fragilidade na capacidade comunitária de combate as doenças. Este olhar desavisado pode inclusive fortalecer-se somado a análise de pouca estrutura física de saúde, contando Nova Aliança apenas como um posto de saúde e um hospital localizado a mais de 40 quilômetros de distância.

Porém, se percebermos, ao longo dos anos, uma taxa crescente de natalidade e uma taxa de mortalidade inexistente, somos levados a compreender que as estruturas e referências não são frágeis, mas sim, as que pessoas adoecem pouco em Nova Aliança e quando adoecem a enfermidade refere-se a problemas de simples trato, geralmente requerendo curativos domésticos.

Sendo assim, é adequada a Capacidade de Autocuidado e Reprodução de Nova Aliança na medida em que encontra, nos saberes tradicionais e na referência das parteiras, aquilo necessário para o Bem-Estar

---

13 Diferentemente do que aponta o discurso do senso comum, os indígenas são, para o sistema de previdência social, Segurados especiais (trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada), assim como os agricultores, os seringueiros e os pescadores artesanais. Desta forma, não recebem nenhum benefício adicional pelo número de filhos que não seja o salário-maternidade, devido às seguradas por ocasião do parto, inclusive o natimorto, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção. O benefício será pago durante 120 dias e poderá ter início até 28 dias antes do parto.

de sua população. Esta capacidade se fortalece com as análises já realizadas que indicam um ambiente tranquilo para se viver e uma positiva diversidade alimentar.

Concluímos, em comum acordo com os moradores de Nova Aliança que a terra demarcada por lei, o respeito a jurisprudência de cada liderança e a existência de um estatuto próprio garante boa Capacidade de Controle Coletivo sobre o Território; que apesar da boa disponibilidade de recursos naturais e o elevado vínculo populacional as estruturas formais de educação gerando 90% de bilinguismo entre o espanhol e o português, a ausência ou regressão de festas tradicionais, somado ao baixo índice de falantes da língua nativa e a baixa ocorrência de trabalhos coletivos apontam algumas vulnerabilidades frente a Capacidade de Autonomia Cultural. Como vimos, fragilidades estas, consequências de um processo histórico colonização forçada que somente na segunda metade do século XX passa a ser revertidas, a partir da reorganização do movimento social Cocama.

Significativamente positiva é também a Capacidade de Soberania alimentar na medida em que apresentam alta diversificação produtiva, controle cultural sobre as formas de armazenar alimentos e sementes, participação na constituição de um Banco de Sêmenes Tradicionais e produções complementares de mel e outros alimentos. Por sua vez, a harmonia entre as lideranças, a existência de estatutos próprios e a não existência de conflitos diretamente relacionados com o cotidiano da população, garantem a Capacidade de Construir um Ambiente Tranquilo para se viver.

**Imagem 1: Sistematização das Capacidades e Bem-Estar de Nova Aliança**

**Fonte: Autores, 2016.**

## Conclusões

O esforço em criar indicadores específicos para avaliar o Bem-Estar de povos tradicionais mostra-se pertinente no sentido de criar ferramentas metodológicas realmente capazes de apreciar os modos de vida destas populações e assim auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas adequadas. Os aspectos conceituais e metodológicos aplicados através dos IBPT mostraram-se coerentes com as populações indígenas e ribeirinhas da Amazônia brasileira e ofertam a construção de uma percepção apurada e coerente sobre seu Bem-Estar. Através da aplicação de tais indicadores, de modo geral, as comunidades se mostram sábias em equilibrar tradições culturais e inovações oriundas dos tempos atuais. Constroem Bem-Estar com acordos internos e externos que garantem a autonomia e a abundância através de práticas ambientais, culturais, sociais e produtivas harmonizadas com a cultura e a natureza. Isto acar-

reta estratégias e práticas adequadas de moradia, plantio, preservação de sementes, assim como de manutenção das práticas tradicionais de medicina e educação, entre outros fatores que subsidiam sua qualidade de vida.

Especificamente sobre Nova Aliança, o positivo panorama sobre a maior parte das Capacidades que subsidiam os IBPT nos permitem afirmar que o Bem-Estar se aloca na abundância alimentar, na boa capacidade de governabilidade e na aderência de todas as regras comuns, respeitando especificidades, principalmente de cunho religioso.

Por fim, os IBPT representam um processo aberto para pesquisas e convidam a comunidade acadêmica, entidades de apoio e órgãos governamentais a continuidade de sua aplicação e aperfeiçoamento em outros espaços, povos e realidades tradicionais. Este é o compromisso estabelecido entre o Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade Amazônica (GPEDA), o Grupo de Pesquisa Valoración de los Conocimientos Tradicionales e o Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida – OLMA, no sentido de tornar tais indicadores uma ferramenta de referência para a medição do Bem-Estar dos povos Tradicionais na Tríplice Fronteira Amazônica assim como, respeitadas as devidas adaptações, á outras populações tradicionais do território nacional. Este compromisso vincula-se a contribuição para a criação de uma ciência humana, social e ambiental vinculada e comprometida com os saberes e práticas dos povos originários.

## Referências

- ACOSTA, L. E. *Pueblos indígenas de la Amazonia e indicadores de bienestar humano en la encrucijada de la globalización: estudio de caso Amazonia colombiana*. 2013. 325 f. Bilbao, Espanha. Tese (Doutorado em Globalización Desarrollo y Cooperación Internacional) – Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Universidad del País Vasco/Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas, Sinchi, Bilbao, 2013.
- ACUÑA, Cristóbal. *Novo Descobrimento do Rio Amazonas*. Montevideo: Oltaver, 1994.
- BUSTELO, P. *Economía del Desarrollo*. Un análisis histórico. 2. ed. Madrid: Editorial Complutense, 1992.

- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 16 dez. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 16 dez. 2018.
- BUSTELO, P. *Economía del Desarrollo*. Un análisis histórico. 2. ed. Madrid: Complutense, 1992.
- CABRAL, Milton. *Ontologia Cocama*. Manaus: Valer, 1995.
- CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA (CELADE); COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Sistema de Indicadores Sociodemográfico de Poblaciones y Pueblos Indígenas de América Latina – (Sisppi)*. Guía para el usuario, 2007. Disponible en: [http://celade.cepal.org/redatam/PRYESP/SISPPI/SIS PPI\\_notastecnicas.pdf](http://celade.cepal.org/redatam/PRYESP/SISPPI/SIS PPI_notastecnicas.pdf). Acesso em: 3 maio 2011.
- COLLADO, J. R. *El Bienestar Social: concepto y medida*. Madrid: Popular, 1992.
- FERES, J. C.; MANCERO, X. *El método de las necesidades básicas insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. 52 p. (Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, 7). Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/da8d48c5-0807-4bd1-b330-c0a9e1566e02/content>. Acesso em: 3 maio 2011.
- GASCHÉ, J.; VELA, N. *Sociedade Bosquesina*: Tomo I. Iquitos, Peru: Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana, 2011. 228 p.

- GRUPO DE PESQUISA EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE AMAZÔNICA (GPEDA). *Diagnóstico Inicial sobre comunidades indígenas e ribeirinhas do município de Benjamin Constant: Projeto Desenvolvimento Sustentável da Fronteira Amazônica do Brasil/ISCOS*. Tabatinga: GPEDA, 2010. 110 p.
- GÓMEZ, A. *Las necesidades básicas insatisfechas: sus deficiencias técnicas y su impacto en la definición de políticas sociales*. Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística (Indec), 1997. 28 p. Disponível em: <https://biblioteca.indec.gob.ar/bases/minde/2mi533.pdf>. Acesso em: 3 maio 2011.
- GOW, Peter. “Ex-cocamas”: identidades em transformação na Amazônia peruana. *Revista Mana*, v. 9, n. 1, p. 57-79, 2003.
- GUARESCHI, Pedrinho. *Entre a Cruz e o Poder: a irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.
- INSTITUTO DE INVESTIGACIONES FILOSÓFICAS. *Informe de Evaluación del Primer Decenio Internacional de los Pueblos Indígenas del Mundo 1995 – 2004*. (Serie Informes y Estudios, 1). Ciudad de México: Programa Universitario México Nación Multicultural, 2007. Disponível em: [http://biblioteca.itam.mx/estudios/estudio/letras22/textos4/sec\\_1.html](http://biblioteca.itam.mx/estudios/estudio/letras22/textos4/sec_1.html). Acesso em: 3 maio 2011.
- LACERDA, L. F. B. *Por uma sociologia das emergências: perspectivas emancipatórias nos territórios de produção das ausências amazônicas*. 2016. 397 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2016.
- LALI, Chandra; LALI Ana. Reduções lexicais e gramaticais na fala dos últimos falantes nativos do kokáma no Brasil. *Revista SILEL*, Uberlândia, EDUFU, v. 1, 2009.
- LUZ, Edward. Novos desafios para o instrumental antropológico de identificação de grupos indígenas emergentes. *Revista Cenários de Comunicação*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 175-180, 2007.
- MAGNO, Antônio. *Grandes expedições espanholas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

- NODA, Hiroshi; BRAGA, Maria Dolores. Paisagens e etnoconhecimento na agricultura Ticuna e Cocama no alto rio Solimões, Amazonas. *Revista de Ciências Humanas*, Belém, PA, v. 7, n. 2, p. 397-416, 2012.
- ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS (ONU). *Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas*. Nova Iorque: ONU, 2007.
- ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS (ONU). Indicadores sociales: Directrices preliminares y series ilustrativas. *Informes estadísticos*, série M, n. 63. Nova Iorque: ONU, 1978.
- ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS (ONU). *Los pueblos indígenas y los indicadores de bienestar y desarrollo*. Informe Preliminar. Documento de trabajo. Nova Iorque: ONU, 2008.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). *Employment, growth and basic needs: A one world problem*. Ginebra: OIT, 1976. Disponível em: [http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1976/76B09\\_199.pdf](http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1976/76B09_199.pdf). Acesso em: 10 abr. 2013.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). *Los derechos de los pueblos indígenas y tribales en la práctica*. Una guía sobre el Convenio N°169 de la OIT. Ginebra: OIT, 2009. 201 p. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed\\_norm/@normes/documents/publication/wcms\\_113014.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@normes/documents/publication/wcms_113014.pdf). Acesso em: 19 jan. 2012.
- ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICO (OCDE). *Lista OCDE de indicadores sociales*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1985. Traducción de: La liste l'OCDE des indicateurs sociaux, 1982. Disponível em: <http://es.scribd.com/doc/7469636/Construccion-de-indicadores-e-indices-sociales>. Acesso em: 6 fev. 2012.
- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). *Informe sobre Desarrollo Humano 1990*. Definición y medición del desarrollo humano. Nova Iorque: PNUD, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh1990/capitulos/espanol/>. Acesso em: 11 abr. 2013.

- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). *Informe sobre Desarrollo Humano 2004*. La libertad cultural en el mundo diverso de hoy. Nova Iorque: PNUD, 2004. 299 p. Disponível em: [http://hdr.undp.org/en/media/hdr04\\_sp\\_complete1.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/hdr04_sp_complete1.pdf). Acesso em: 22 jan. 2008.
- RENSHAW, J.; WRAY, N. *Indicadores de pobreza indígena*. Borrador preliminar. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo (BID), 2004. Disponível em: [http://www.comunidadandina.org/sociedad/indicadores\\_indigenas.pdf](http://www.comunidadandina.org/sociedad/indicadores_indigenas.pdf). Acesso em: 9 out. 2010.
- SILVEIRA, Carolini. A legislação brasileira na tutela dos conhecimentos tradicionais de populações de Benjamin Constant (AM). *Revista Somanlu*, v. 8, n. 1, p. 95-117, 2008.
- SILVEIRA, H. Gbobo ohun ti a bà se ni ayé l'a o kunlè rò ni Órun: processo escatológico no Batuque do Rio Grande do Sul. *Identidade!*, v. 17, n. 2, p. 247-258, 2012. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/424>. Acesso em: 9 jan. 2018.
- UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO (UNAM). Los pueblos indígenas y los indicadores de bienestar y desarrollo “Pacto del Pedregal”. Informe preliminar documento de trabajo. *VII Sesión del Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas*. Organización de las Naciones Unidas. Nova Iorque: ONU, 2008. 184 p. Disponível em: [http://www.nacionmulticultural.unam.mx/Portal/Central/EDITORIAL/pdfs/080422\\_onu\\_informe-es.pdf](http://www.nacionmulticultural.unam.mx/Portal/Central/EDITORIAL/pdfs/080422_onu_informe-es.pdf). Acesso em: 10 abr. 2013.
- ZARZOSA, P. *Aproximación a la medición de Bienestar Social*. Valladolid: Gráficos Barona, 1996. 248 p.